



O PAPEL DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO RIO GRANDE DO SUL

Milena Demetrio
Bacharela em Ciências Econômicas
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Angélica Servegnini de Wallau
Advogada e Engenheira Agrônoma
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Miguel Angelo Perondi
Dr. em Desenvolvimento Regional
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Marcos Junior Marini
Dr. em Tecnologia
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Luana Santos dos Santos
Engenheira Agrônoma
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Resumo: O objetivo deste trabalho foi investigar experiências de Arranjos Produtivos Locais (APLs) de agroindústrias familiares, a fim de identificar o papel delas como propulsoras do desenvolvimento endógeno e regional. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, que permitiu levantar informações sobre APLs de agroindústrias familiares de três regiões do Rio Grande do Sul – RS, situadas nos municípios de Celeiro, de Taquari e na Região das Missões. As experiências investigadas demonstram que as agroindústrias familiares desempenham um papel importante na geração de empregos, na manutenção das famílias agricultoras no campo, na promoção da igualdade de gênero, na agregação de valor aos alimentos e produtos, na produção de alimentos saudáveis, no fortalecimento da economia local, no aumento da renda, na socialização dos saberes e como estratégia de diversificação e reprodução social dos(as) agricultores(as). Além disso, o estudo identificou a necessidade de fortalecer a governança dos APLs, aceitar e incluir os saberes locais, fomentar as vendas diretas ao(à) consumidor(a) e compras pelo Estado, e facilitar a formalização das agroindústrias diante da legislação agroalimentar vigente, seja subsidiando ou diminuindo custos para que mais agricultores(as) sejam capazes de se tornarem certificados(as).

Palavras-chave: Agroindústrias Familiares. Arranjos Produtivos Locais. Desenvolvimento Regional. Desenvolvimento Endógeno.



Introdução

A produção agrícola faz parte do dia a dia de milhares de brasileiras e brasileiros desde os primeiros anos de história do país. Aliada à produção agrícola está a prática do processamento dos alimentos, seja para aumentar sua durabilidade ou para enriquecer a de produção de bens alimentícios.

O processamento de alimentos é uma prática que possibilita a geração de emprego e renda nos espaços rurais, visto que o valor agregado destes alimentos auferido às famílias agricultoras maiores rendimentos. A agroindustrialização familiar alinhada a técnicas de produção sustentáveis são fatores que geram um preço-prêmio a estas agricultoras e agricultores, além de preservarem o meio ambiente. Além disso, os alimentos das agroindústrias familiares geralmente circulam por meio de cadeias curtas, caracterizadas pela venda direta ou pela diminuição de intermediários entre agricultoras(es) e consumidoras(es), o que aumenta os rendimentos das famílias agricultoras devido a diminuição de custos de transação, de transporte e de pagamento à mediadores (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Sob essa égide, tem-se a possibilidade de organizar as agroindústrias de uma determinada região de acordo com os princípios dos Arranjos Produtivos Locais (APLs). Os APLs são formados através da aglomeração de empresas da mesma atividade em um território, a fim de propiciar um ambiente onde haja cooperação, poder de compra e barganha de preços, organizado pela coalizão de agentes produtivos. Os APLs, em conjunto com a governança do Estado, têm capacidade de gerar o desenvolvimento endógeno com foco na dinamização da economia local e no fortalecimento do mercado interno.

Diante disso, esta pesquisa questiona: quais são os papéis da organização de APLs da agroindústria familiar para o desenvolvimento endógeno e regional? O objetivo geral é investigar experiências de APLs de agroindústrias familiares, a fim de identificar o papel das delas como propulsoras do desenvolvimento endógeno e regional. Para isso, a pesquisa realizou uma revisão de literatura sobre as temáticas das agroindústrias familiares, sobre o desenvolvimento endógeno e sobre as APLs. A seguir, foram analisadas experiências de APLs da agroindústria familiar do município de Celeiro, do município de Taquari e da Região das Missões, todas localizadas no estado do RS.



Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para o debate sobre a importância da dinamização do meio rural em processos de desenvolvimento endógeno, assim como fomentar a discussão sobre a necessidade da diversificação de renda no meio rural, através do processamento das matérias primas agrícolas pelas famílias. Pretende-se, também, contribuir para o debate sobre a importância da preservação ambiental e do fortalecimento das cadeias curtas de comercialização, como alternativas ao modelo hegemônico de produção e de distribuição de alimentos.

Os papéis da agroindústria familiar na produção regional de alimentos

O processamento de alimentos é uma prática íntima das famílias agricultoras, que muitas vezes aprendem com seus familiares a arte de transformar milho em fubá, mandioca em farinha, frutas em doces e geleias entre outros inúmeros produtos de origem agrícola ou animal que podem ser beneficiados. Apesar das grandes agroindústrias de processamento de alimentos terem certa hegemonia no mercado alimentício nacional e mundial, o tradicional processamento de alimentos feito pelas famílias do interior ainda tem enorme importância para a segurança alimentar e a geração de renda das comunidades (PREZOTTO, 2002; HENNING, 2010).

A agroindústria familiar é formada pela agricultura familiar que, segundo Ploeg (2008), é um dos segmentos da agricultura que tem características próprias como a multifuncionalidade; a mão-de-obra essencialmente familiar ou comunitária, formada por relações de reciprocidade; a terra e os meios de produção de propriedade da família, sendo os fatores de produção quase sempre escassos; a produção destinada para os mercados de comercialização e para a manutenção e a reprodução social da unidade agrícola familiar; e pequena escala de produção.

Apesar de a escala de produção reduzida ser uma característica do segmento, segundo Abramovay (1992), a agricultura familiar segue se adaptando às exigências dos mercados agroalimentares, desafiando o poder modernizante das “supersafras”. Segundo o autor, a agricultura familiar tem grande relevância para o desenvolvimento rural, fator evidenciado na dinamização dos sistemas agrários de países desenvolvidos. O autor também pontua a importância das relações sociais como vetor da organização dos mercados agrícolas



regionais, o protagonismo da família no processo de produção e gerenciamento das unidades e o constante processo de inovação que as estratégias de sobrevivência da agricultura familiar empregam.

Já, a agroindústria familiar pode ser definida como um sistema de produção onde a família produz e transforma uma parte de sua produção agrícola ou pecuária. Segundo Mior (2007), os objetivos desse sistema seriam a obtenção de maior valor de troca pelos produtos e para a satisfação das necessidades de consumo da família. Para Wilkinson e Mior (1999), a agroindústria familiar é uma alternativa de inserção dessas unidades de produção em mercados, onde as *commodities* cedem lugar aos produtos artesanais e orgânicos que geram maiores ganhos para as famílias agricultoras.

Assim, a prática de processamento de alimentos realizada pelas agroindústrias cria uma possibilidade de geração de emprego e renda que vem da agregação de valor aos produtos agrícolas. Essa prática, alinhada a técnicas de produção e processamento consideradas ecológicas ou sustentáveis, oferece um preço-prêmio aos(as) agricultores(as). Além disso, se a venda desses produtos ocorrer diretamente ao consumidor, ou por meio de cadeias curtas, o rendimento das famílias agricultoras pode ser ainda mais elevado, considerando que as cadeias longas aumentam os custos de transação e de pagamento a terceiros (GAZOLLA et al., 2018; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

O encurtamento das cadeias reflete na organização social das agroindústrias familiares que é pautada em relações de proximidade. As cadeias curtas diminuem os custos de transação relacionados aos elos da cadeia de processamento, o que aumenta o valor agregado dos produtos transformados pelas agroindústrias familiares. Os canais diretos asseguram a autonomia dos(as) agricultores(as) no que diz respeito às negociações de preço com os(as) consumidores(as) e surgem como alternativa ao modelo de cadeias longas, que desperta preocupação por conta de incidentes relacionados à falta de qualidade, à agressão ao meio ambiente e à perda de identidade territorial dos produtos (GAZOLLA et al., 2012; SOUSA, 2019).

Para os(as) consumidores(as), é rica a experiência de adquirir alimentos direto do(a) produtor(a) devido à confiança que se estabelece nessas relações de proximidade. As tendências de consumo do século XXI demonstram que as pessoas têm se preocupado cada vez mais com a garantia da entrega de um alimento de boa qualidade, rico em nutrientes e que não agrida o meio ambiente. Para essa nova geração de consumidores(as) reflexivos(as)

4



e politizados(as), as cadeias curtas de comercialização possibilitam a escolha de alimentos que compartilham valores sociais de uma região, a preocupação com o meio ambiente e com a dignidade dos trabalhadores. Além disso, o conhecimento da procedência dos alimentos assegura ao(à) consumidor(a) a inexistência de elementos químicos nocivos a sua saúde (NIEDERLE et al., 2011; SOUSA, 2019; SONNINO, 2019).

Dessa forma, o consumo de alimentos locais ou regionais, comercializados diretamente ou por meio de cadeias curtas, é a resposta de uma parcela da população que não está satisfeita com a proposta do sistema alimentar hegemônico e uma oportunidade para promover o desenvolvimento endógeno através do desenvolvimento rural. A dinâmica do comércio entre o meio rural e o meio urbano pode fortalecer uma região de forma que esta fique menos vulnerável às instabilidades da demanda externa.

A importância do desenvolvimento endógeno e regional

As teorias do desenvolvimento endógeno têm sua gênese nas discussões sobre o processo de desenvolvimento com ênfase nos territórios. Assim segundo os autores desta corrente um determinado local pode ter mais sucesso em seu desenvolvimento se houver fatores que atraiam mais empresas a fim de gerar emprego e renda. A aglomeração de organizações com interesses e mercados comuns pode gerar um ambiente de cooperação que amplia a capacidade de geração de valor agregado aos produtos desta região (MARINI et al., 2012; AMARAL FILHO, 2001).

A partir de 1980, os debates sobre o desenvolvimento com ênfase nos territórios se intensificaram e, junto com eles, surgiram várias estratégias de atuação. Essas discussões emergiram com objetivo de substituir as teorias dos polos de crescimento industriais e tiveram a contribuição de vários autores com diferentes correntes conceituais, que juntos formaram esse novo modelo de desenvolvimento. Os autores que colaboraram para a formação da teoria do desenvolvimento endógeno estão sintetizados no Quadro 1 a seguir.



Quadro 1 – Síntese das teorias do desenvolvimento com ênfase nos territórios.

Autores	Corrente Teórica	Síntese
Freeman, Dosi, Nelson e Winter, Aydalot, Maillat e etc.	Neo-Schumpeterianos Década de 1980	Ênfase na inovação tecnológica como força motriz do desenvolvimento. Demonstram a importância dos transbordamentos de conhecimento e proporcionam os Sistemas Nacionais e Locais de Inovação.
Becattini, Putnam, Shmitz e etc.	Distritos Industriais Italianos Década de 1980	Debatem sobre a importância das aglomerações produtivas de pequenas e médias empresas da chamada “Terceira Itália” e como foi possível valorizar o território pelo conjunto social nele localizado.
Paul Krugman	Teoria da Nova Geografia Econômica (NGE) Década de 1990	Ênfase na importância das forças centrífugas (afastamento) e centrípetas (atração) dos locais produtivos, com base da análise econômica da estrutura espacial.
Michael Porter	Teoria da Escola de Harvard Década de 1990	Demonstram a importância das concentrações geográficas (clusters) para formação de vantagens competitivas locais.

Fonte: Marini et al. (2012).

O processo de endogeneização no interior dos países demonstra que a organização territorial exerce um papel ativo no processo de APLs. As decisões relacionadas ao destino dos produtos, o uso dos recursos e os meios são tomados regionalmente, fortalecendo o desenvolvimento endógeno. Para Amaral Filho (2001), o desenvolvimento endógeno pode ser conceituado como:

[...] um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região (AMARAL FILHO, 2001 p. 262).

Assim, apesar de haver diversos termos para explicar a dinâmica do desenvolvimento, as questões territoriais se mostram importantes para nortear as discussões acerca do tema, de forma eficiente. Dessa forma, faz-se necessário explicar o conceito de território que, segundo Sarita Albagli (2004, p. 24), “é o espaço apropriado por um ator, sendo definido e



delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões”. A autora afirma que o território é formado pelas dimensões física, econômica, simbólica e sociopolítica e que as diferenças entre os territórios existem conforme sua formação geográfica, social, cultural e política.

A autora também expõe o conceito de territorialidade que é formado pelas relações sociais entre os sujeitos de um determinado território. Essas relações sociais expressam um sentimento de pertencimento à comunidade e possibilitam a formação cultural de determinado grupo, expresso em sua maneira de agir uns com os outros. Para Albagli (2004, p. 29), “a territorialidade, como atributo humano, é primariamente condicionada por normas sociais e valores culturais, que variam de sociedade para sociedade, de um período para o outro”. O fenômeno de organização das comunidades humanas pode ser explicado pela territorialidade e pela dinâmica de controle de um território.

Para Marini et al. (2012), o território é um espaço economicamente constituído, formado por recursos naturais em conjunto com a história da comunidade que o habita. O território é permeado pelos valores sociais daquela comunidade e estruturado a partir de regras informais e formais que expressam a essência das formas sociais e de como aquele povo organiza a sua produção. Para os autores, é imprescindível que as políticas de desenvolvimento com ênfase nos territórios tenham a compreensão das diversas variáveis que compõem aquele espaço.

Nesse sentido, Garcia (2006) afirma que a aglomeração de produtores gera externalidades positivas incidentais locais. Dessa forma, as agroindústrias locais podem ter acesso a conhecimentos, a habilidades, a serviços, à redução de custos de diversas atividades e, conseqüente, ao aumento da capacidade de produção de cada um. Segundo o autor, existem outros elementos que contribuem para o processo de fomento das vantagens competitivas, que vão além das externalidades incidentais. Esses elementos são as ações coletivas realizadas deliberadamente pelos(as) produtores(as), como por exemplo, a formação de associações para a compra de matérias-primas, para a venda e a distribuição dos produtos.

Essas ações coletivas geram um ambiente propício ao desenvolvimento endógeno, já que, em conjunto, os estabelecimentos da agroindústria familiar são mais fortes e tem mais poder de barganha do que separados. Dentro dessas ações coletivas organizadas pelos produtores estão os APLs, discutidos na próxima seção.



Arranjos Produtivos Locais

Existem várias estratégias para fomentar o desenvolvimento endógeno, uma delas é conhecida como APL. Os APLs surgiram como uma tentativa de replicar o sucesso das aglomerações industriais localizadas na chamada “Terceira Itália”, as quais promoveram a valorização do território em um local onde não se acreditava ser possível ter qualquer forma de progresso econômico (MARINI et al., 2012).

A teoria de Michael Porter (AMARAL FILHO, 2001; GARCIA, 2006) sobre as vantagens competitivas das concentrações geográficas (*clusters*) também influenciou a formação de experiências como o APL, que busca na aglomeração e na proximidade uma forma de vantagem competitiva. Segundo Garcia (2006), a capacidade competitiva dos(as) produtores(as) organizados(as) em *clusters* pode ser esquematizada em quatro conjuntos complementares que formam os vértices de um diamante, daí surge o “Diamante de Porter”. Em resumo, os elementos do diamante são: disponibilidade de fatores de produção; condição favorável da demanda; estrutura e estratégia das empresas e presença de indústrias correlatas provedoras de insumos.

Segundo Amaral Filho (2001), Porter foi o autor que teve maior influência no conceito de *cluster*, e a estrutura formulada tem íntima relação com o “Diamante de Porter”. O autor argumenta que o *cluster* é uma concentração sobre um território formado por empresas interdependentes, ligadas por transações comerciais e de troca de informações, obtendo benefícios mútuos quando se unem para enfrentar problemas comuns ou aproveitar oportunidades. Para ele, o *cluster* incorpora conceitos tradicionais formulados por Perroux e Hirschman, como “polos de crescimento” e “efeitos concatenados”.

Segundo Marini et al. (2012), os APLs têm características correlatas com as definições de *clusters*; aglomerações industriais; distritos industriais; sistemas inovativos locais; sistemas produtivos locais; sistemas locais de produção, entre outros. Para os autores, as características observadas nos APLs são: aglomeração de empresas de mesma especialidade produtiva; localizadas em uma concentração territorial; cooperam por ganhos de eficiência coletiva; formadas geralmente por pequenas empresas; recebem apoio de



instituições; realizam práticas cooperativas e aprendem em conjunto. Os APLs podem ser conceituados como:

[...] uma aglomeração setorial, formada predominantemente por pequenas e médias empresas organizadas em uma base territorial as quais buscam ganhos de eficiência coletiva e competitividade, gerados tanto pelas externalidades como pelas práticas cooperativas entre os diversos agentes econômicos, sociais e políticos que constituem este ambiente produtivo (MARINI et al., 2012, p. 5).

Dentro desse contexto, é necessário que haja cooperação de entidades governamentais para promover o desenvolvimento das APLs. Dessa forma, segundo Amaral Filho (2012), o Estado tem um papel fundamental para o fomento ao desenvolvimento endógeno, por meio da institucionalização de iniciativas como os APLs. Assim, o Estado passa a ser um agente de apoio diante das ações de governança necessárias para fortalecer o capital social e construir pactos territoriais. Além disso, as políticas públicas podem contribuir para a geração de externalidades positivas e forças centrípetas que fortalecem o local (MARINI et al., 2012).

Arranjos Produtivos Locais de agroindústrias familiares e o desenvolvimento regional

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a organização de agroindústrias de um determinado local pode formar APLs eficientes para aumentar a renda da população através da agregação de valor; promover a igualdade de gênero, devido a maior participação das mulheres em atividades agroindustriais e desencadear o desenvolvimento endógeno através da dinamização do mercado local.

No estado do RS existem estudos que comentam sobre a experiência dos APLs de agroindústrias e como essas iniciativas têm sido valorosas para o desenvolvimento rural e endógeno. As experiências analisadas nos APLs de Taquari, de Celeiro e da Região das Missões demonstram que os estabelecimentos agrícolas unidos oferecem um volume de alimentos significativo, mesmo com escala de produção individual baixa.

No município de Taquari – RS, a atividade da APL de agroindústrias é importante para a agricultura familiar, sendo a principal fonte de renda para 65% das famílias empregadas. No

9



caso do município de Celeiro – RS, a coordenação da produção de leite feita por uma cooperativa permite um acréscimo médio de 35% na renda dos(as) associados(as), além de propiciar a oportunidade de negociar os preços. Na Região das Missões, as atividades do APL dão conta de muitas das necessidades dos(as) agricultores(as) como, por exemplo, auxiliar a viabilização das estratégias de agregação de valor aos produtos, a disponibilização de crédito e a formação de mercados institucionais.

O APL de Taquari foi enquadrado no Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais do Estado, em 2013, com objetivo de auxiliar a mobilização dos(as) agricultores(as), facilitar o processo de transferência e acumulação do conhecimento, e diminuir os custos. O APL de Taquari é caracterizado por uma grande diversidade de produtos agroindustrializados, sendo de origem animal e vegetal, característicos da região e produzidos de forma artesanal (SIEBENEICHLER et al., 2019).

A comercialização dos produtos é feita, em sua maioria, para outros municípios do estado (80,3%), uma pequena parcela vai para fora do estado (11,2%) e apenas 8,5% é vendida dentro do município da agroindústria. A principal forma de comércio ainda é através de mercados (73,7%), seguido das distribuidoras (14%), da venda direta ao consumidor (10,7%) e para a merenda escolar (1,5%). As maiores dificuldades relatadas pelos(as) agricultores(as) são a falta de mão-de-obra e matéria-prima para atender à demanda pelos produtos (SIEBENEICHLER et al., 2019).

O APL de Celeiro é organizado em 12 cooperativas de uma Associação de Agricultores, sendo a gestão estratégica de responsabilidade da Agência Gaúcha de Empreendimentos Lácteos (AGEL). São 2.235 sócios, sendo que destes, apenas 58 se envolve com atividades de agroindustrialização, e a maior parte se concentra na produção de leite. As agroindústrias têm pouca diversificação, trabalhando principalmente com panificados, queijos e bebidas lácteas, embutidos, mel e melado (BASSO et al., 2016).

O diagnóstico conduzido pelos autores demonstra que os estabelecimentos que fazem parte do APL de Celeiro podem melhorar em vários aspectos, principalmente no que diz respeito à gestão estratégica, a melhorias das condições de alimentação, à saúde e genética dos animais, ao fortalecimento da cooperação entre os(as) agricultores(as) e a maior disponibilidade de assistência técnica. Entretanto, apesar das dificuldades encontradas, os autores afirmam que a organização do APL se constitui em uma alternativa para viabilizar a reprodução social da agricultura e das agroindústrias familiares (BASSO et al., 2016).



O APL da Região das Missões é formado por 25 municípios que compõem o Conselho Regional de Desenvolvimento Missões (Corede Missões). Em 2013, o APL Missões realizou uma entrevista com as 263 agroindústrias da região e constatou que elas empregavam 639 pessoas, e que os principais alimentos produzidos eram panificados, embutidos e derivados de cana-de-açúcar. Segundo Berwanger e Pelegrini (2014), os principais atrativos dos alimentos reconhecidos pelos(as) consumidores(as) foram a saudabilidade, a boa qualidade, a produção sem agrotóxicos, o incentivo ao produtor e o preço acessível. Os autores identificaram como dificuldades do APL, a formalização da atividade agroindustrial, o alto investimento necessário para enquadrar as instalações de acordo com as leis sanitárias e a deficiência dos Sistemas de Inspeção Municipais (BERWANGER; PELEGRINI, 2014).

Sobre o APL Missões, Anes, Deponti e Arend (2018) afirmam que o Plano de Desenvolvimento do APL da agroindústria familiar poderia melhorar em vários aspectos, principalmente no que diz respeito à adaptação da lógica de produção industrial para produção agroindustrial, que é de menor escala. Para os autores, o APL da Região das Missões poderia dar mais atenção à necessidade de formalização das agroindústrias segundo a legislação vigente, pois a atividade destas é um pilar da reprodução social do modo de vida na região. Os autores também chamam atenção para a necessidade de respeitar os saberes dos(as) agricultores(as) e de trabalhar para a construção de um conhecimento comum que envolva o senso comum, a ciência e as técnicas modernas de produção.

É importante salientar que a formação de um APL de agroindústrias precisa estar alinhada aos objetivos das famílias agricultoras que fazem parte da associação. O caso do APL de Missões demonstra como a negligência com os saberes locais pode causar descontentamento entre os membros de um coletivo. Anes, Deponti e Arend (2018) afirmam que os(as) agricultores(as) se mostraram resistentes às formações técnicas que receberam, pois estas não respeitavam a dinâmica de produção do local. É necessário respeitar os saberes que caracterizam o senso comum de uma região, pois a complexidade ultrapassa as certezas do determinismo científico e demonstra a importância da integração de vários saberes para enfrentar os problemas contemporâneos e, assim, encontrar soluções adequadas para cada sociedade (SANTOS, 2006).

Estudos demonstram que a principal dificuldade enfrentada pelas famílias agricultoras que participam de atividades agroindustriais é a formalização diante das legislações agroalimentares. Segundo Gazolla et al. (2016), os estabelecimentos formais têm acréscimo



de 25% em seus custos totais e os custos fixos aumentam cerca de 55%. Os custos para a formalização institucional somam aproximadamente 9% do custo total da agroindústria e, caso esta seja de produção orgânica, somam-se mais 6% para obter a certificação.

Apesar das adaptações que se fazem necessárias para que haja contentamento e funcionamento efetivo dos APLs, essa estratégia se mostra eficiente em aspectos de incremento da produção em escala e de redução de custos na transmissão de conhecimentos. Os APLs podem ser grandes aliados do desenvolvimento rural e endógeno se forem planejados de acordo com os objetivos dos(as) produtores(as) locais, respeitando as particularidades da região e buscando, de forma coletiva e interdisciplinar, soluções para problemas comuns.

A dinamização do mercado interno causada pelo fomento de atividades locais é a força motriz do desenvolvimento endógeno. As externalidades positivas que os incentivos do Estado geram para a formação de aglomerações produtivas podem fomentar o comércio local, disponibilizar mais empregos e aumentar o nível de renda de uma região, fortalecendo a economia local. O fortalecimento da economia local assegura que as regiões sejam menos vulneráveis a externalidades negativas relacionadas à oscilação da demanda.

Diante disso, o papel do Estado é imprescindível para formalizar instituições que coordenem o desenvolvimento endógeno. A presença do Estado na formação dos APLs agroindustriais do RS se fez diante da legislação do estado que contemplava a formação específica daqueles, fator decisivo na governança das atividades. Dessa forma, o desenvolvimento endógeno pode acontecer a partir da combinação do Estado com conhecimentos científicos, técnicos e saberes populares das comunidades, alvo das aglomerações produtivas.

Procedimentos metodológicos

O trabalho foi realizado utilizando-se de pesquisa bibliográfica sobre os temas de interesse: desenvolvimento endógeno e regional e arranjos produtivos locais de agroindústrias. Para Gil (2008), a pesquisa bibliográfica pode ser caracterizada como uma pesquisa desenvolvida através de matérias já existentes, principalmente artigos científicos e



livros. A pesquisa bibliográfica é indispensável para contextualização das temáticas abordadas por este estudo.

Para a construção deste artigo, foi empregada a base de dados do Google Acadêmico, a fim de localizar trabalhos que tratassem do tema em questão, sites institucionais e notícias. As palavras-chave utilizadas foram: desenvolvimento endógeno, desenvolvimento regional, agroindústrias familiares, arranjos produtivos locais agroindustriais e arranjos produtivos locais. Os sites institucionais utilizados foram os das prefeituras dos municípios estudados, bem como os de suas secretarias de agricultura. As notícias pesquisadas foram encontradas em sites de extensão rural e de assistência técnica, como a Emater-RS (Emater/RS – Referência de Qualidade em Extensão Rural (tche.br)).

Considerações Finais

Este artigo buscou demonstrar quais os papéis das agroindústrias familiares no processo de desenvolvimento endógeno dos territórios. As experiências investigadas demonstram que as agroindústrias familiares desempenham papéis importantes na geração de empregos, na manutenção das famílias agricultoras no campo, na promoção da igualdade de gênero, na agregação de valor aos produtos, na produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, no fortalecimento da economia local, no aumento da renda, na socialização dos saberes como estratégia de diversificação e na reprodução social dos(as) agricultores(as).

Esses papéis acionam forças centrípetas que contribuem para criação de um ambiente propício ao desenvolvimento regional, uma vez que dinamizam as trocas locais, levando ao aumento de circulação de riquezas. Do lado da oferta, o aumento do consumo de alimentos regionais resulta em um aumento do nível de renda das famílias agricultoras, que pode melhorar sua qualidade de vida e suas condições de produção. Do lado da demanda, o consumo de alimentos locais gera externalidades positivas de preservação ambiental, economia de combustíveis fósseis, aproximação social entre agricultores(as) e consumidores(as), consumo de alimentos saudáveis e com identidade territorial.

Além disso, os APLs podem beneficiar as famílias agricultoras no que diz respeito ao acesso a conhecimento, a tecnologias, à barganha de preços e o acesso ao crédito. Esses fatores são importantes para o desenvolvimento da atividade agroindustrial, mas se faz



necessário salientar que os APLs precisam ser adequados à cultura de cada região e devem respeitar os saberes locais, para que não haja resistência às novas técnicas apresentadas.

Os estudos sobre os APLs de agroindústrias do RS demonstram que é preciso avançar em vários aspectos para que as associações de produtores(as) sejam mais eficientes. Alguns aspectos elencados foram: a necessidade de fortalecer a governança dos APLs, aceitar os saberes locais, fomentar as vendas diretas ao consumidor e compras pelo Estado, e facilitar a formalização das agroindústrias diante da legislação agroalimentar vigente, seja subsidiando ou diminuindo custos para que mais agricultores(as) sejam capazes de se tornarem certificados(as).

Referências

ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo (Orgs.). **Territórios em Movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Brasília: Sebrae, 2004. p. 25-62.

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000131546>>. Acesso em: 8 abr. 2020.

AMARAL FILHO, Jair do. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local**. IPEA, [S.l.], n. 23, 2001.

ANES, Carlos Eduardo Ruschel; DEPONTI, Cidonea Machado; AREND, Silvio Cezar. Arranjo Produtivo Local e as Agroindústrias Familiares da Região das Missões: lógicas diferentes? **Redes**, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 112-134, maio 2018. APESC - Associação Pro-Ensino em Santa Cruz do Sul. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17058/redes.v23i2.11080>>. Acesso em: 8 abr. 2020.

BASSO, David et al. Análise do progresso de desenvolvimento do arranjo produtivo local agroindústria familiar da região Celeiro - RS. In: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 9, 2016, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo, 2016. p. 1-16.

BERWANGER, Fernando Luís; PELEGRINI, Gelson. **Análise situacional das agroindústrias familiares nos municípios do Corede Missões (RS)**. Porto Alegre: Emater, 2014. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Fernando_Berwanger.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.



GARCIA, Renato. Economias externas e vantagens competitivas dos produtores em sistemas locais de produção: as visões de Marshall, Krugman e Porter. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 301-324, out. 2006.

GAZOLLA, Marcio et al. Custos de formalização institucional de Sistemas Agroindustriais Familiares de Base Ecológica (SAFEs). **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 3, p. 378-403, 2016.

GAZOLLA, Márcio; LIMA, Arlindo Jesus Prestes de; BRIGNONI, Carolina. Valor agregado em Sistemas Agroindustriais Familiares de Base Ecológica (SAFEs). **DMA: Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 9, p. 239-263, 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/51681>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

GAZOLLA, Marcio; NIEDERLE, Paulo André; WAQUIL, Paulo Dabdad. Agregação de Valor nas Agroindústrias Rurais: uma análise com base nos dados do censo agropecuário. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 122, p. 241-262, 2012.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sérgio. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas AS, 2008.

HENNING, Cristiane de Conti. Dinâmica agrária e Desenvolvimento local: emergência e efeitos econômicos diretos e indiretos da agroindustrialização familiar de pequeno porte em Constantina - RS. 2010. 107 p. Dissertação (Mestrado) – Curso de Desenvolvimento, Integração Regional e Desenvolvimento Local Sustentável, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI, Ijuí - RS.

MARINI, Marcos Júnior et al. Avaliação da contribuição de arranjos produtivos locais para o desenvolvimento regional. **Revista Bibliográfica de Geografia y Estudios Sociales**, Barcelona, v. 17, n. 996, p. 1-24, 15 out. 2012.

MIOR, Luiz Carlos. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 1, 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: [UFSC], 2007. Disponível em: <https://nmd.ufsc.br/files/2011/05/Mior_Agricultura-familiar_agroindustria_e_desenvolvimento_territorial.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

NIEDERLE, Paulo André et al. Os mercados e canais de comercialização para os produtos da agroindústria rural no Brasil: um comparativo macrorregional. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 49, 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Brasília: SOBER, 2011. p. 1-22.

PLOEG, Jean Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.



PREZOTTO, Leomar Luiz. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 31, p.133-154, abr. 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/25195>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SIEBENEICHLER, Tatiane Jéssica et al. Caracterização do arranjo produtivo local das agroindústrias familiares do Vale do Taquari, no estado do Rio Grande do Sul. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 36, n. 2, p. 1-12, 2019.

SONNINO, Roberta. Translating sustainable diets into practice: the potential of public food procurement. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 14-29, 2019. APESC – Associação Pro-Ensino em Santa Cruz do Sul. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17058/redes.v24i1.13036>>. Acesso em: 8 abr. 2020.

SOUSA, Eder Aparecido de. **Atributos de qualidade valorizados pelos consumidores de produtos agroalimentares em cadeias curtas de proximidade espacial**. 2019. 100 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Agronegócio e Desenvolvimento, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciência e Engenharia, Tupã.

WILKINSON, John; MIOR, Luiz Carlos. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 13, p. 29-45, out. 1999. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/159>>. Acesso em: 29 jul. 2020.